

1 ATA DA 392ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP,
2 REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE MARÇO DE 2013

3 Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de março de dois mil e treze, os membros
4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária reuniram-se na sala trezentos
5 e quatro do Edifício Sede do Ministério da Justiça, na cidade de Brasília/DF.
6 Compareceram: O presidente, Herbert José Almeida Carneiro; o Vice-Presidente, Vitore
7 André Zílio Maximiano; e os seguintes membros: Alvino Augusto de Sá; Augusto
8 Eduardo de Souza Rossini; Erivaldo Ribeiro dos Santos; Fabiana Costa Oliveira Barreto;
9 Fernando Braga Viggiano; Franciele Silva Cardoso; Luiz Guilherme Mendes de Paiva;
10 Marden Marques Soares Filho; Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes; Pedro Sérgio
11 dos Santos; Suzann Flávia Cordeiro de Lima. Justificaram ausência os seguintes
12 membros: Alamiro Velludo Salvador Netto; Davi de Paiva Costa Tangerino; Luis Geraldo
13 Sant'ana Lanfredi; Maria Ivonete Barbosa Tamboril e Rodrigo Duque Estrada Roig
14 Soares. Estiveram também presentes os seguintes participantes externos: Marcelo
15 Schmidt-DEPEN/MJ; Valdirene Daufemback-OSPEN/DEPEN/MJ; Luiz Fabrício Vieira
16 Neto-DEPEN/MJ; José de Jesus Filho-Pastoral Carcerária/CNBB; Francisco Job Neto-
17 SISPE/DAPES/SAS/MS; Fátima Kowata-COENA/DEPEN/MJ; Josy Cristina Rodrigues-
18 COENA/DEPEN/MJ; Francisco Guilherme- COENA/DEPEN/MJ. O Vice-Presidente do
19 CNPCP iniciou a reunião com abertura dos trabalhos e com comunicações e
20 proposições. A Conselheira Suzann Cordeiro informou que foi publicada a Chamada
21 Pública do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada–IPEA sobre Justiça Criminal, com
22 o intuito de compreender os encaminhamentos realizados nas Varas Criminais, bem
23 como possíveis demoras. Prosseguindo, a Conselheira informou que realizou estudo
24 comparativo entre as antigas Resoluções do CNPCP sobre Arquitetura Penal e a
25 Resolução nº 09/2011. Informou ainda que o curso de especialização em Arquitetura
26 Penal está sendo elaborado juntamente com a Fundação Oswaldo Cruz–FIOCRUZ e as
27 aulas iniciarão provavelmente no mês de agosto do ano corrente. Propôs também que a
28 aula inaugural dessa especialização fosse realizada em conjunto com a Reunião do
29 CNPCP, em Maceió-AL. O Conselheiro Erivaldo Ribeiro justificou as ausências, uma vez
30 que as reuniões do CNPCP, em grande maioria, coincidem com as reuniões do
31 Conselho Nacional de Justiça-CNJ. O Conselheiro comunicou que está atuando, pelo
32 CNJ juntamente com os juízes corregedores dos estados, para melhor verificar a
33 situação de presos já condenados e que se apresentam na condição de provisórios. Em
34 seguida, o Conselheiro Marden Marques solicitou item na pauta para apresentar a
35 minuta da Portaria Interministerial que institui a Política Nacional de Atenção Integral à

36 Saúde no Sistema Prisional. Após, o Conselheiro Augusto Rossini informou que se
37 manifestará ao longo dos pontos de pauta. O Conselheiro Pedro Sérgio propôs à
38 presidência que incumbisse algum membro do colegiado para relatar a proposta do
39 Projeto de Lei que altera os prazos de tramitação de Hábeas Corpus. O Conselheiro
40 Alvino de Sá informou sobre sua participação, como representante do CNPCP, na
41 Comissão de Fomento à Participação e Controle Social da Execução Penal. O
42 Conselheiro Milton Jordão e o Conselheiro Luiz Guilherme cumprimentaram todos os
43 presentes. A Conselheira Fabiana Barreto comunicou sobre a disponibilidade da Sra.
44 Débora Diniz para apresentar ao CNPCP sua pesquisa sobre saúde mental no sistema
45 prisional. O Conselheiro Vitore Maximiano comunicou que foi criada em São Paulo uma
46 força-tarefa entre o CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Ministério
47 Público do Estado de São Paulo e Defensoria Pública do Estado de São Paulo voltados
48 para a aplicação do Decreto de Indulto. O Conselheiro comunicou também que atuará
49 na força-tarefa de âmbito do Ministério da Justiça acerca dos fatos de violência
50 ocorridos recentemente no estado de Santa Catarina. Informou ainda que coordenará a
51 força-tarefa das Defensorias Públicas na análise de todos os processos de execução
52 penal do estado de Santa Catarina. Após, o Conselheiro Eivaldo comunicou sobre o
53 convite do Supremo Tribunal Federal para a participação do CNPCP na audiência
54 pública, a ser realizada em data futura, sobre a decisão da Justiça em implantar Prisões
55 Domiciliares em Estados que não dispõem adequadamente de estabelecimentos de
56 Regime Semiaberto. Após, em apreciação à aprovação das Atas das Reuniões 390º e
57 391º do CNPCP, a Conselheira Suzann solicitou alteração na ata da Reunião 390º.
58 Incorporado aos itens de pauta, o Conselheiro Marden apresentou a Política Nacional de
59 Atenção Integral no Sistema Prisional. Em seguida, o presidente expôs a manifestação
60 do Conselho Nacional dos Secretários de Justiça – CONSEJ, no qual solicita anulação
61 da Resolução CNPCP nº 9/2011. A pedido do presidente, a Conselheira Suzann
62 apresentou, em resposta à manifestação do CONSEJ, a comparação da Resolução
63 CNPCP nº 9/2011 com demais normas de arquitetura, bem como as inovações e o
64 histórico na elaboração da referida Resolução, elencando inclusive a participação
65 democrática em sua produção. Como encaminhamento, foi aprovado posterior reunião
66 da Comissão de Arquitetura Penal para avaliar projetos específicos do DEPEN que se
67 adequam à Resolução CNPCP nº 9/2011. Após, o convidado Sr. José de Jesus Filho
68 apresentou a manifestação da Pastoral Carcerária Nacional, da Conferência Nacional
69 dos Bispos do Brasil – CNBB, acerca de possíveis irregularidades na composição atual
70 do CNPCP. Em seguida, o Conselheiro Milton Jordão, relator da manifestação

71 apresentada pela CNBB, recomendou o arquivamento de tal proposta, uma vez que já
72 se encontram em trâmite, no Congresso Nacional, Projetos de Leis referentes à
73 composição do CNPCP. Como encaminhamento, foi aprovado o parecer do Conselheiro
74 relator, bem como sua sugestão de arquivamento. Seguindo os itens de pauta, a
75 Conselheira Franciele Cardoso apresentou relatório de visita de monitoramento do
76 Pacto de Melhoria do Sistema Prisional de Rondônia, realizado da Unidade Prisional
77 Urso Branco. Como encaminhamento, foi aprovado o respectivo relatório, sendo
78 necessário apenas formalizá-lo para a próxima reunião do CNPCP. Em seguida, o
79 Conselheiro Luiz Guilherme apresentou o Relatório acerca das discussões sobre as
80 Regras Mínimas da Organização das Nações Unidas – ONU para o Tratamento de
81 Presos, em reunião na cidade de Buenos Aires, na Argentina. Como encaminhamento,
82 foi aprovada a instituição, por Portaria, de Comissão no âmbito do CNPCP e com
83 participação da Ouvidoria do Sistema Penitenciário do DEPEN, para discussão de texto
84 básico sobre as Regras Mínimas da ONU para o Tratamento de Presos, tendo o como
85 presidente o Conselheiro Luiz Guilherme. Após, em continuidade aos itens de pauta, o
86 Conselheiro Luiz Guilherme iniciou o debate acerca dos recursos apresentados por
87 candidatos do XIV Concurso Nacional de Monografias do CNPCP, que fora encerrado
88 sem premiação. Após discussão no plenário, foi aprovado, como encaminhamento,
89 manter o procedimento adotado pelo CNPCP e expresso em Edital de que as avaliações
90 da Comissão Julgadora são irrecorríveis. O presidente, em seguida, apresentou a
91 minuta de Portaria que trata da institucionalização da Secretaria Executiva do CNPCP.
92 O Diretor-Geral do DEPEN pediu vistas do referido Processo para futura manifestação e
93 posterior encaminhamento para a Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça. Após,
94 foram aprovadas as Atas das Reuniões 390º e 391º do CNPCP, com as devidas
95 alterações solicitadas pelos membros do Colegiado. Em continuidade aos itens de
96 pauta, no dia seguinte, o vice-presidente apresentou o Relatório de Inspeção Prisional
97 do Distrito Federal. Como encaminhamento, o CNPCP solicitará ao DEPEN relação
98 atualizada dos convênios estabelecidos junto ao Distrito Federal, para serem anexados
99 ao Relatório de Inspeção. A apresentação do Relatório foi aprovada após considerações
100 da Sra. Valdirene Daufemback, ouvidora do Sistema Penitenciário do DEPEN. Em
101 seguida, a Conselheira Suzann Cordeiro apresentou suas considerações, de forma
102 panorâmica, acerca do Projeto Arquitetônico Padrão do Centro de Detenção Provisório
103 do Estado de São Paulo e do Projeto Arquitetônico da Cadeia Pública de Santa Isabel
104 do Estado do Pará, encaminhados para o DEPEN e analisados na Coordenação de
105 Engenharia e Arquitetura do Departamento – COENA/DEPEN. Como encaminhamento,

106 os Projetos Arquitetônicos do Estado de São Paulo e do Pará foram aprovados, sendo
107 necessário adaptarem-se às devidas ressalvas do CNPCP, com a respectiva gerência
108 do DEPEN. A Conselheira Suzann Cordeiro manifestou voto contrário ao Projeto
109 Arquitetônico do Estado de São Paulo. Após, a Conselheira Suzann Cordeiro
110 parabenizou a equipe técnica da COENA/DEPEN pelos trabalhos desempenhados na
111 análise dos projetos. O presidente finalizou os trabalhos, destacando a participação
112 democrática e transparente na elaboração da Resolução CNPCP nº 09/2011. Para
113 constar, lavrou-se a presente ata, redigida por mim, Jefferson Alves Lopes, e revisada
114 por Rafael de Sousa Costa, ambos servidores do Ministério da Justiça.

115 **Herbert José Almeida Carneiro**

116 **Presidente do CNPCP**

117
118
119 Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código
120 00012013060500031
121 Documento assinado digitalmente conforme MP no- 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves
122 Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
123 Nº 106, quarta-feira, 5 de junho de 2013 ISSN 1677-7042 31
124